



A Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Promoção da Cidadania na Europa

MÁRIO FREITAS

Universidade do Minho

“(…) a nossa civilização, a primeira de contornos efectivamente planetários, atravessa uma crise global. Valores como o papel da ciência e da tecnologia, e instituições como o Estado-nação, atravessam metamorfoses complexas e incertas” (Soromenho-Marques, 1998, p.23). Analisando a crise ambiental, social e económica que o mundo experimenta, neste fim de século e milénio, e no contexto da sua teoria sobre a “Sociedade em Rede” (*Network Society*), Castells (2000, 2001) constata a emergência de uma nova espécie de organização política — o “Estado em rede” (*network state*) — e considera a União Europeia como um dos exemplos mais característicos de uma rede deste tipo.

Mas qual é/poderá ser, de facto, a verdadeira dimensão deste “estado em rede”, ainda em construção? Que papel poderá desempenhar no processo de construção de novas formas de desenvolvimento que substituam os que estão na base da crise que vivemos?

Sendo uma rede de estados, a UE é/deve ser, também, uma rede de espaços ambientais, de sociedades, de economias, de culturas e de cidadãos. O(s) ambiente(s), a(s) sociedade(s) e a(s) economia(s) interligadas pela dimensão da cultural (UNESCO, 2004) devem ser encarados, como a Cimeira de Joanesburgo claramente realçou, como os componentes principais da construção de um desenvolvimento sustentável (DS). A UE é/deve ser uma rede de donde podem/devem, emergir novas formas de desenvolvimento que vão definindo os contornos de um futuro mais sustentável.

E qual pode ser o papel da educação na construção dessas novas formas de desenvolvimento? Que características deve ter este novo tipo de educação? Como se podem/devem interligar os níveis de acção local, nacional, europeu e internacional?

O elemento humano é generalizadamente reconhecido como uma variável central do processo de DS. No centro dos problemas de desenvolvimento e das inter-relações ambiente-sociedade-economia (e sua base de ligação, a cultura) está o Homem, o cidadão. É nesta lógica que a Educação/Aprendizagem para o Desenvolvimento Sustentável (E/ADS) é cada vez mais vista como um dos mais importantes vectores de construção de um futuro sustentável.

A ONU declarou o período entre 2005 a 2014 como Década das Nações Unidas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A UNESCO elaborou já um *Draft International Implementation Scheme* da Década. O Comité de Política Ambiental da Comissão Económica para a Europa (Conselho Económico e Social das Nações Unidas) elaborou o *Draft UNECE Strategy for Education for Sustainable Development*. Na Conferência Internacional Educação para o Desenvolvimento Sustentável - Preparação da Década das Nações Unidas, realizada em Maio, na Universidade do Minho, foi apresentado um esboço de Sumário Executivo de uma Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento Sustentável que se espera possa constituir um motor da dinamização da década em Portugal.

Interdisciplinar e holística, materializando-se em múltiplos contextos e espaços de educação formal, não formal e informal, recorrendo a uma acentuada versatilidade metodológica, a EDS deve ser vista, também ela, como uma rede

de comunicações em linguagem, baseadas num novo projecto de futuro que visam, a curto/médio prazo, a promoção de aprendizagens ontogénicas geradoras de novas consciências individuais e comportamentos concretos com elas condizentes e, a longo prazo, a estabilização cultural dessas consciências, por forma a tornar possível a progressiva construção de modelos de vida humana e sociedades sem pobreza, mais democráticas, pacíficas e solidárias, com novas formas de produção e distribuição de riqueza, reintegradas no equilíbrio global da natureza que, a cada momento, inventam novas formas de utilização sustentável dos recursos, redução e



transformação sustentável dos resíduos e de coexistência harmoniosa com as diversas formas de vida e o substrato físico que as suporta (Freitas, no prelo)

Sendo o nível local aquele que deve ser privilegiado em termos de organização de experiências formativas de EDS, deverão ser asseguradas condições, não só para a sua partilha alargada, mas também para a vivência de experiências de parceria nacional e europeia. Uma Europa rede de estados, instituições e cidadãos, em que circulam e se interligam pessoas, tradições e culturas (em contextos escolares, de trabalho, de lazer, etc.) é um espaço vocacionado para a abordagem compartilhada de quase todas problemáticas chave da sustentabilidade: o reconhecimento e respeito da diversidade das raças e etnias, culturas, costumes; a promoção da igualdade dos géneros; o respeito pelos direitos humanos; a defesa da paz e da segurança humana contra as guerras e o terrorismo; a promoção da sustentabilidade urbana; a revalorização do rural e do interior; a redução da pobreza; a necessidade de controlo da economia de mercado global; o combate à sida; a promoção de hábitos de vida saudáveis; a gestão sustentável de recursos e resíduos; a defesa da biodiversidade (Rede Natura); o combate às alterações climáticas; etc.

Entre várias medidas a incentivar sugere-se: a) a inclusão explícita de experiências EDS nos programas de circulação de pessoas (em contextos escolares e de trabalho), nos programas de geminação entre cidades, nos programas de investigação inter-universitária, etc.; b) o incentivo e apoio logístico e financeiro a parcerias de projecto, com geminação alargada a diversos níveis, (entre escolas e redes de escolas básicas e secundárias, universidades, institutos politécnicos, média, etc.); c) a criação e apoio ao funcionamento de redes electrónicas criadas para este fim; d) aumento significativo de bolsas para actividades de aprendizagem, formação profissional e investigação em EDS; e) criação de uma linha de financiamento europeu a que possam candidatar-se somente acções de EDS em rede, interligando nível local, nacional e europeu; f) inclusão nos programas Sócrates e Erasmus de medidas especialmente dedicadas à EDS; g) realização de iniciativas europeias descentralizadas (simpósios, festivais de teatro, música, etc., exposições diversas, mostras culturais); h) criação de um “Património Europeu de Práticas Sustentáveis” (incentivando e apoiando a recuperação, com dimensão educativa, de práticas tradicionais sustentáveis); i) organização de iniciativas europeias tematicamente centradas, em simultâneo, cada ano, em todos os países europeus e divulgação dos contornos assumidos por cada uma delas;

Na cooperação em rede para a construção de um futuro sustentável, poderão/deverão gerar-se os contornos de UMA NOVA CIDADANIA EUROPEIA, rede complexa de CIDADANIAS NACIONAIS, todas empenhadas na criação de UMA NOVA CIDADANIA MUNDIAL.